

A.I. N.º - 232943.0022/03-2
AUTUADO - COMERCIAL DE CEREAIS RODRIGUES LTDA.
AUTUANTE - ANTONIO ANIBAL BASTOS TINOCO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 08.09.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0341-03/03

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Em relação às mercadorias objeto desta autuação, não há convênio que preveja a retenção do imposto pelo remetente. A Portaria nº 270/93 manda que se cobre o tributo por antecipação no posto de fronteira. Rejeitada a preliminar de nulidade. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 09/04/03, exige ICMS no valor de R\$2.128,32, acrescido da multa de 60%, imputando ao autuado a seguinte infração:

“Mercadorias enquadradas na Portaria nº 270/93, procedentes de outros Estados, sem o recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária do percurso da mercadoria, desde que não possua regime especial”.

Foi lavrado o Termo de Apreensão e Ocorrências do mesmo número do Auto de Infração (fls. 05 e 06), apreendendo 900 sacos de açúcar.

O autuado, através de seu advogado, apresenta impugnação, às fls. 13 e 14, preliminarmente requerendo a nulidade da autuação, sob a alegação de que o Auto de Infração “não preenche no total ou parcial a demanda do Auto de Infração”.

No mérito, alega que existem algumas empresas utilizando-se de “clones” de CGCs e inscrições estaduais. Nega que tenha adquirido as mercadorias em exame. Ao final, pede a improcedência do Auto de Infração.

A auditora que prestou a informação fiscal (fls. 24 e 25), mantém a ação fiscal dizendo que o autuado não faz prova de suas alegações. Cita o art. 143, do RPAF/99 e aduz que o autuante se baseou nos documentos anexados às fls. 08, 09 e 10 para lavrar o Auto de Infração.

VOTO

O presente processo exige ICMS pelo fato do autuado ter adquirido mercadoria enquadrada na Portaria nº 270/93 (açúcar), procedente de outro Estado, sem o recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária do percurso da mercadoria.

Inicialmente, rejeito as preliminares de nulidade suscitadas pelo impugnante, abaixo abordadas, haja vista que o Auto de Infração está revestido das formalidades legais, não se observando erro ou vício que possa decretar a sua nulidade, de acordo com o que dispõe o art. 18, do RPAF/99.

No mérito, o autuado limitou-se a alegar que a cobrança em questão baseou-se em mera presunção, não havendo prova de que tenha adquirido as mercadorias em lide.

Entretanto, as cópias das notas fiscais em questão, foram anexadas aos autos (fls. 08, 09 e 10), sendo emitidas por empresas regularmente inscritas, em nome do autuado, e por serem contratos de fornecimento de mercadorias, são válidas como prova de circulação das mesmas e respectivo ingresso no estabelecimento destinatário, até que se prove o contrário.

O sujeito passivo não apresentou nenhum elemento que evidenciasse a falta de legalidade das notas fiscais em questão, nem quaisquer documentos que comprovassem o pagamento do imposto.

Pelo que dispõe os artigos 142 e 143, do RPAF/99, a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária, e a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232943.0022/03-2**, lavrado contra **COMERCIAL DE CEREIAIS RODRIGUES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.128,32**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 01 de setembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA